

# Minas vai receber R\$81 bilhões em acordo



ASSINADO ONTEM, ACORDO QUE DEFINE AS REPARAÇÕES PELOS DANOS CAUSADOS PELO ROMPIMENTO DE FUNDÃO SERÁ HOMOLOGADO NO STF PARA PÔR FIM À JUDICIALIZAÇÃO. MINAS VAI RECEBER R\$ 81 BI

## PACTO “POSSÍVEL” DE R\$ 170 BI FECHA PORTAS PARA MAIS AÇÕES



LULA FALA NA SOLENIIDADE DE ASSINATURA DO DOCUMENTO E DESTACA: “FICARIA MUITO MAIS BARATO TER EVITADO O QUE ACONTECEU”

MARIANA COSTA

Definida por autoridades como a saída “possível” a repactuação do acordo de reparação dos danos causados pelo rompimento da Barragem do Fundão, em Mariana, na Região Central de Minas Gerais, foi assinada ontem, por representantes dos poderes públicos de Minas Gerais, Espírito Santo, da União e das mineradoras Vale, Samarco e BHP Billiton, no Palácio do Planalto. O pacto prevê medidas reparatórias e compensatórias estimadas em R\$ 170 bilhões, parte das quais já executadas. Serão R\$ 100 bilhões em repasses novas das mineradoras, que deverão ser pagos em 20 parcelas anuais aos estados e União. Outros R\$ 32 bilhões envolvem a finalização de ações de reparação já iniciadas pelas mineradoras, como o reassentimento de comunidades e outras medidas de recuperação ambiental. Minas receberá um total de R\$ 81 bilhões nas duas modalidades. Os R\$ 38 bilhões restantes já foram aplicados por meio da Fundação Renova, que será extinta com a assinatura do acordo.

A assinatura dos termos contou com as presenças do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, dos governadores Romeu Zema, de Minas Gerais, e Renato Casagrande, do Espírito Santo, e do advogado-geral da União, Jorge Messias, além de representantes dos Ministérios Públicos estaduais e federal, das Defensorias Públicas estaduais e federal, ministros de estado e representantes de tribunais superiores.

### CRONOLOGIA DO CASO

#### 5 DE NOVEMBRO DE 2015

Rompimento da Barragem do Fundão, localizada no subdistrito de Bento Rodrigues, a 35km do centro de Mariana (MG), provocando a maior catástrofe socioambiental da história do país. Foi também o maior rompimento de barragens de mineração em todo o mundo. O colapso na estrutura da Samarco Mineração S/A, uma joint-venture das mineradoras Vale e BHP Billiton Brasil, causou a morte de 19 pessoas – um corpo segue desaparecido – e despejou mais de 40 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério no meio ambiente, contaminando a Baía do Rio Doce, nos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, até alcançar o mar territorial brasileiro.

#### 13 DE NOVEMBRO DE 2015

Ministério Público Federal e o Ministério Público de Minas Gerais iniciam investigação conjunta sobre rompimento da barragem da Samarco Mineração S/A, e iniciam esforços concentrados para responsabilização pelos danos socioambientais e socioeconômicos.

#### MARÇO DE 2016

No dia 2, é criada Fundação Renova, organização não governamental privada e sem fins lucrativos para gerir as compensações e reparações pela tragédia de Mariana em nome das empresas Vale, BHP e Samarco. Os governos Federal, de Minas Gerais e do Espírito Santo e as mineradoras firmam termo para reparação dos danos, calculados em R\$ 20 bilhões. Entre os compromissos de reparação estavam o manejo e a dragagem dos rejeitos, o tratamento dos rios, a recuperação da biodiversidade, incluindo os peixes, a flora e as faunas marinha e terrestre, a criação de um sistema de alerta de risco à população, além da garantia do abastecimento público das cidades afetadas com a construção de sistemas alternativos de captação de água.

#### MAIO DE 2016

A Samarco anuncia a homologação, pelo Justiça Federal, de um acordo entre suas acionistas, a Vale e BHP Billiton, a União e os governos de Minas e Espírito Santo, prevendo que a mineradora arca com R\$ 4,4 bilhões em reparações nos três anos seguintes, quando quantias adicionais seriam definidas. A estimativa era que os investimentos alcançassem R\$ 20 bilhões ao longo de 15 anos.

#### AGOSTO DE 2016

A Justiça determina a suspensão de todas as licenças ambientais do Complexo Germinado, da mineradora Samarco, local onde ocorreu o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em Mariana (MG). No mesmo mês, a Justiça Federal anula a homologação do acordo assinado em maio, sob o argumento de que os governos envolvidos não teriam legitimidade para atuar em nome da população atingida, especialmente os indígenas, além de limitar os aportes somente às ações compensatórias, sem contemplar os atingidos.

#### NOVEMBRO DE 2016

A Justiça Federal aceita denúncia apresentada pelo Ministério Público Federal contra 22 pessoas envolvidas no rompimento da Barragem do Fundão. A Samarco e suas acionistas Vale e BHP Billiton viraram réus por diversos crimes ambientais.

#### JULHO DE 2017

A Prefeitura de Santa Bárbara decide não atender ao pedido da mineradora Samarco e nega a emissão da carta de conformidade, um dos pré-requisitos para o retorno da empresa às atividades.

#### NOVEMBRO DE 2017

A Justiça Federal determina a retomada da ação criminal vinculada à tragédia de Mariana (MG). O processo estava suspenso para verificação das alegações feitas pela defesa de dois dos 22 réus.

#### FEVEREIRO DE 2018

Os atingidos da tragédia de Mariana aprovam o novo projeto urbanístico para a reconstrução do distrito de Bento Rodrigues, destruído pelo rompimento da Barragem do Fundão.

#### MAIO DE 2018

A Fundação Renova, entidade responsável pela mobilização para a reparação dos danos causados pelo rompimento da Barragem do Fundão, em Mariana, implanta o canteiro de obras para reconstrução de Bento Rodrigues, município devastado pela lama despejada no rompimento da barragem. O projeto previa o reassentimento das 164 famílias que viviam na antiga comunidade.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Gerais Pagina: 24